



## IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA Portugal, território de territórios

---

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania [AT]

---

### **A INFLUÊNCIA DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA EM ANGOLA: O CASO DA COMUNIDADE RURAL VAKUVALE**

---

GUEBE, António

Doutor, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, Rua Ho Chi Minh nº 56,  
Caixa Postal nº 1649, Telefone 222 016 068, Luanda, Angola; [aguebe@gmail.com](mailto:aguebe@gmail.com)

---



#### Resumo

Determinar a capacidade do Serviço Militar Obrigatório (SMO) na transformação dum simples indivíduo das comunidades tradicionais “fechadas”, ao cidadão munido de deveres e de direitos à posse comum, objectiva o presente artigo. Focaliza-se no *estudo de caso* com incidência na comunidade rural Vakuvale do Sul de Angola. Os resultados confirmam o poder do SMO, por via da socialização, da transformação da consciência do indivíduo, do local a um todo nacional, construindo a cidadania. A falta de emprego, o baixo nível de escolaridade dos jovens da comunidade em estudo e a falta de incentivos, no passado, às políticas de desenvolvimento locais, influenciaram, pela negativa, os indivíduos, ao regressarem para a comunidade. Regrediram aos níveis de consciência e de socialização anteriores. Actualmente, os programas de impacto sociais e agrícolas implementados na região, podem mudar o quadro das tendências.

#### Abstract

This study seeks to determine the capability of Compulsory Military Service (SMO) in the transformation of simple individual from traditional communities "closed", to a citizen with a common duties and rights ownership. The research is focused on Vakuvale Rural Community from the South of Angola. This work confirms the power of SMO, throughout the socialization, the transformation of individual consciousness, from local to national, building the citizenship. The lack of employment, incentives and local development policies and the low educational level of the Vakuvale juveniles had negative influences on individuals when they return the community. Since, they regressed to the levels of consciousness and previous socializations. In the recent years, programs with social and agricultural impacts that were implemented on the region may change this trend.

Palavras-chave: Serviço Militar obrigatório; cidadania; socialização.

Keywords: Keywords: Compulsory Military Service, Citizenship and Socialization

[COM0789]

## 1. Introdução

O presente artigo<sup>1</sup>, com o título: “**A Influência do Serviço Militar Obrigatório na Construção da Cidadania em Angola: O caso da comunidade rural Vakuvale**”, resulta de uma investigação realizada em Janeiro de 2005<sup>2</sup>, junto da comunidade rural Vakuvale<sup>3</sup>, localizada em Angola, Província do Namibe.

A abordagem do referido tema tem como objectivo conhecer o contributo do cumprimento do Serviço Militar Obrigatório (SMO) na construção da cidadania, ou seja, compreender as potencialidades do cumprimento do SMO na socialização<sup>4</sup> do indivíduo, tornando-o num potencial construtor da cidadania em Angola.

A pesquisa relacionada com as questões levantadas deu primazia à realização do trabalho de campo junto da comunidade Kuvale, tendo sido entrevistados quinze indivíduos. Destes, catorze Vakuvale e um Nyaneke, todos do género masculino com idade compreendida entre 45 e 78 anos, dos quais, onze residem no território do Município do Virei, três no Município da Bibala, ambos os municípios situados na Província do Namibe; e um, na Comuna da Huíla, Município do Lubango, Província da Huíla.

## 2. Serviço militar obrigatório e construção da cidadania

O conceito SMO, segundo (Narciso, 1999), é universal, abrangente a todos os cidadãos do género masculino, surgindo com os enciclopedistas, os filósofos franceses do século XVIII. Surge como conceito ideológico, vindo a impor-se na vida real por uma necessidade forçada pela guerra (Primeira e Segunda Guerras Mundiais, 1914-1918 e 1939-1945) que mobilizaram milhares de cidadãos europeus e africanos. E, não serviram para concretizar um dever ou um direito de cidadania.

Refere ainda o autor acima referido que não se deve atribuir à realidade exclusiva de ser o SMO a única via de formação cívica ou da formação da consciência nacional. Pois, se a formação da cívica e da consciência nacional dependessem do SMO não teria enquadramento a questão da formação cívica das mulheres nem dos mais da metade dos homens que não cumpriram o Serviço Militar Obrigatório (Narciso, 1999).

Daí que (Renaud, 1990) e (Garcia, 1996), em conferências<sup>5</sup> e debates públicos<sup>6</sup>, consideram existirem, para além do SMO e do Serviço Militar (SM), outras facetas dos deveres cívicos que, por vezes, podem ser ignoradas, como são as da educação, da má qualidade social e ética da informação, da defesa do consumidor, da educação e das instituições políticas. Contudo, o exercício dos deveres cívicos no seu todo não pode sobrepor-se ao dever de defesa do Estado. Obviamente que, quando a existência física do Estado estiver em perigo, estendendo-se este perigo ao ser espiritual ou cultural do seu povo, cuja protecção básica da sua existência constitui o dever cívico básico, é esse dever básico (o serviço militar) que é solicitado ao cidadão, no âmbito de uma permanente vigilância pelos interesses físicos da existência do Estado. Parte-se do princípio da defesa do Estado ser um dever, que se apresenta como dever político, mas também como componente ética.

Maria da Glória Garcia (1996) refere que os direitos e deveres analisados dão primazia ao direito em vez do dever. Sustenta a sua afirmação a partir dos seguintes exemplos: o direito de voto e dever cívico de voto; o direito ao trabalho ligado ao dever de trabalhar e o direito à saúde ligado ao dever de imunização e promoção da saúde. Contrariamente ao direito e dever de defesa nacional que dá primazia ao dever e só depois o direito. Nesta última perspectiva, o dever assume um relevo constitucional autónomo.

A qualidade de cidadão obedece ao carácter universal do dever militar, de modo que ninguém pode viver a sua qualidade de cidadão e renunciar a este dever. Perante uma sociedade política democrática, cujas relações pautam pela ideia de direito, a defesa nacional deve assim ser entendida, simultaneamente, como

um direito e como um dever de todos os seus membros em preservação do equilíbrio difícil entre a unidade e a coesão interna da sociedade.

Para Maquiavel (2000), o SMO visa a protecção de algo que é o Estado, à semelhança de outros serviços militares profissionalizados e da polícia profissionalizada, por vezes até, recorrendo às forças auxiliares, forças auxiliares mistas e/ou tropas mercenárias, estas últimas caracterizadas de inúteis e perigosas por se apresentarem sem firmeza e inseguras, desunidas, ambiciosas, indisciplinadas e infiéis.

O dever dos cidadãos com o Estado desdobra-se no dever ou obrigação do serviço militar e no dever ou obrigação do serviço cívico. Em Angola, o cumprimento do serviço militar obrigatório encontra-se plasmado no artigo 152.º, ponto 2, da Lei Constitucional Angolana, revista através da Lei n.º 23/92 e no artigo 208.º, ponto 1, da (Constituição Angolana, 2010).

A concepção de cidadania como conceito é um atributo concedido a um indivíduo enquanto ser social que lhe consagra o direito e o dever de intervenção ao bem comum. A definição do referido conceito de cidadania remonta desde a concepção aristotélica que, por se caracterizar de exclusivista, contemplando apenas o cidadão, os conceptualistas da modernidade como (Marshall, 1967), (Barbalet, 1989), (Étienne e tal, 1998), (Hoffman, 2004) e outros, demarcaram-se dela, sugerindo outras definições mais abrangentes. Por exemplo, (Marshall, 1963) define cidadania como um estatuto concedido àqueles que são membros plenos de uma comunidade nacional, sendo que os direitos de cidadania derivam da participação nesta posse comum. (Étienne e tal, 1998) definem cidadania como um estatuto que compreende um conjunto de direitos definidos juridicamente e uma identidade que sossega sobre um sentimento de pertencer à colectividade política.

Turner (1993 *apud* Nogueira e Silva, 2001, p.7) identifica os autores acima referidos com uma das duas correntes, sendo a corrente filosófica a qual corresponde ao conjunto de direitos e de deveres vinculados a um indivíduo como membro de uma comunidade política. É a que abrange, fundamentalmente, os actos de poder votar, pagar impostos, ser membro de um Estado, ter direitos sociais e beneficiar de um bem-estar, como por exemplo o subsídio de emprego. Em vez da outra corrente, a sociológica que define a cidadania como um conjunto de práticas (jurídicas, políticas, económicas e culturais) que definem uma pessoa como membro competente da sociedade.

Voet (1998) parte da distinção de quatro tipos de cidadania, sendo a cidadania na perspectiva comunitária; na vertente cívico-republicana; na concepção neoliberal e, finalmente, no sentido socioliberal, também identificada por apenas liberal. A última concepção de cidadania, a socioliberal ou, simplesmente, liberal é a que se insere na temática em questão “Serviço Militar Obrigatório e Construção da Cidadania”. Por ser a concepção que predomina na maior parte das democracias ocidentais, a partir da Segunda Guerra Mundial. Associa-se, normalmente, à modernidade. A mesma implica a posse dos direitos (liberdade de expressão, de voto, ou benefícios sociais), bem como das obrigações legais (pagar imposto ou servir as forças armadas dentre outros).

O SMO é uma das vias para a construção da cidadania. O SMO, à semelhança de outras vias como a escola e outras, proporciona ao indivíduo a formação de uma consciência nacional, por congregarem no seu seio indivíduos oriundos de diversas partes do país. E o facto de os cumpridores do SMO terem a possibilidade de aprender e conhecer o país, demitem-se da percepção de que o país é apenas a área onde reside e adquire uma ideia nacional e o patriotismo. Daí, a essência do termo cidadão que toma um significado puramente civil ou político, que designa a pessoa no pleno uso dos seus direitos. Trata-se, no entanto, de um enquadramento não limitado apenas ao lugar de nascimento, de habitação, nem à filiação ou à classe social a que se pertence. Pode-se ser camponês ou aldeão e gozar desse estatuto e, por vezes, um residente numa cidade, não passar do estatuto de simples cidadão.<sup>7</sup>

Com este ganho de consciência nacional, o indivíduo abandona as suas condições de simples indivíduo e adquire o estatuto de cidadão que reconhece o direito a posse do bem comum e sua pertença a um Estado.

No entanto, a pertença desse mesmo indivíduo no Estado deve ser encarada sob duas visões diferentes: a objectiva e a subjectiva. A primeira consiste em encarar o indivíduo com a sua existência particular, como corpo, passível de desejos e de paixões; a segunda é a que compreende o seu enquadramento cultural e político, e é nessa condição em que o jovem procura servir o Estado, uma vez solicitado, com sacrifícios e tarefas, que não deixam de representar uma invasão indevida no terreno da sua existência privada, livre e individual. Por isso, a defesa do Estado pode ser entendida como dever e sacrifício ao mesmo tempo.

### **3. Os Vakuvale e o cumprimento do serviço militar obrigatório**

#### **3.1 Caracterização dos Vakuvale**

Os Vakuvale, segundo Redinha (1974), constituem o subgrupo étnico mais representativo do grupo etnolinguístico Ovahelero, ante os subgrupos étnicos Vakuroka, Vandimba, Vahimba e Vatyavikua. A comunidade Vakuvale ocupa a zona desértica que compreende as margens dos cursos inferiores dos três principais rios: Bero, Giraúl e Vintiaba. Repartem-se em três subgrupos étnicos: o subgrupo do Município do Virei; o subgrupo do Município do Camuciuo; e o subgrupo situado no intervalo dos territórios limítrofe entre as duas comunidades abrangendo o Município da Bibala, conhecido por *Vangendelengo*<sup>8</sup>.

Entre si, diferenciam-se no tratamento. Enquanto os Vakuvale do Virei são conhecidos, pejorativamente, pelos Vakuvale do Camuciuo por *munjombi*, que significa atrasado, os Vakuvale do Virei designam os Vakuvale do Camuciuo por *wayahuka*, que significa violadores dos valores tradicionais, por manterem o relacionamento com o subgrupo étnico Vacilenge que, no passado e como soldados do exército colonial, foram conotados com as “guerras” movidas contra o grupo étnico Ovahelero. São diferenciações internas, só identificáveis pelos membros da comunidade, portanto, não expostas a qualquer observador externo.

É sobre este subgrupo étnico Vakuvale que incide a abordagem, numa perspectiva política, ou seja, como o SMO pode transformar o jovem de simples sujeito a carne de canhão ou a uma pessoa consciente no cumprimento do dever, disposto a fazer valer os seus direitos.

#### **3.2 O Desenvolvimento para a Cidadania**

Antes da Independência e até à conquista da paz, em 22 de Fevereiro de 2002, o território dos Vakuvale foi caracterizado como sendo bastante carente em termos de estruturas sociais. Destacam-se apenas a existência de dez (10) escolas nos três municípios<sup>9</sup>, sendo oito (8), no Município do Camuciuo, das quais duas (2) de construção definitivas na sede do município para acolher os filhos da população branca e os filhos da população negra (assimilados)<sup>10</sup> e as restantes precárias, distribuídas para as comunas e povoações para servirem os filhos dos negros “indígenas”<sup>11</sup>; uma (1), no Município da Bibala, e as restantes, no Município do Virei, sendo estas destinadas apenas para os filhos da população branca. O Município do Virei é dos mais paupérrimos em termos de infra-estruturas. Até a altura da Independência Nacional contava apenas com 3 edifícios, incluindo a administração e a escola.

No período pós conflito armado<sup>12</sup>, o Governo angolano leva a cabo programas de desenvolvimento do território dos Vakuvale, tendo sido executado e em execução os seguintes:

Ao Município do Virei couberam projectos de desenvolvimento com destaque para a agricultura, carente na região por razões climáticas (desértico), com a implementação do projecto agrícola do Kavelo Kamwe que emprega a mão-de-obra local, produzindo milho, feijão, amendoim (*ginguba*), tomate e outros produtos, em quantidades suficientes para o consumo e para a venda. A construção de quatro (4) escolas do primeiro ciclo, três (3) das quais na sede e as restantes na comuna de Cainde. A construção de um hospital, de um (1) furo de captação de água potável, de um (1) gerador eléctrico, de 72 casas no

âmbito dos focos habitacionais, de 200 casas por município, de uma agência bancária (BPC – Banco de Poupança e Crédito) e a colocação do tapete asfáltico da estrada que liga o município à capital da província (Namibe), cujo término está previsto para 2017.

Ao Município da Bibala que beneficiou de 38 escolas, destas uma (1) é do pré-universitário; outra, escola de formação profissional; para além de um (1) hospital com a capacidade de 120 camas. A construção de 100 residências do tipo T3, das 200 previstas, da central eléctrica com três (3) geradores com uma capacidade de produção de energia de 2310 mw, bem como da afectação de um gerador por cada comuna das três (3) que compõem o município. A construção, também do centro emissor da RNA (Rádio Nacional de Angola), da TPA (Televisão Popular de Angola), da Agência do BPC (Banco de Poupança e Crédito), da estrutura do sistema de justiça e serviços notariados e identificação. Destacar a implementação de três (3) pólos agrícolas, a colocação do tapete asfáltico da via Namibe-Bibala-Lubango, com uma distância de 115 km, e a terraplanagem com a perspectiva de asfaltar, o troço Lola-Bibala-Cmucuiu, com 71 e 106 km, respectivamente.

E, finalmente, ao Município do Camucuiu com a construção de 14 escolas do I e II ciclos, de 11 postos de saúde e 74 casas das 200 previstas. A instalação de 2 geradores de 650 e 550 mw que fornece a energia a sede municipal, bem como de uma (1) captação de água potável. Foram instituídos três (3) pólos agrícolas já em funcionamento com impacto positivo para as populações. Foram efectuados também trabalhos de reabilitação da estrada Namibe-Bibala-Camucuiu com 286 km de distância.

Projectos como estes, virados para o meio rural, é que são capazes de criar nos Vakuvale o conjunto de mutações em toda a organização social.

### **3.3. Os Vakuvale e o Serviço Militar Obrigatório (resenha histórica)**

Para os entrevistados do grupo kuvale, o cumprimento do SMO ganha aceitação a partir do período pós-colonial, isto é, em 1975, com a chegada do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) na região do referido grupo que conseguiu mobilizar os Vakuvale, graças à estratégia utilizada com a introdução de activistas do mesmo grupo, como foi o caso do ancião Inácio Maseka (em memória), regedor do Virei, que chegou a ser membro da estrutura superior (Comité Central), do movimento político acima referido. Destaque, também, para a influência de alguns Comandantes das extintas FAPLA (Forças Armadas Popular de Libertação de Angola), com incidência sobre os generais Joaquim António Lopes Farrusco e José Manuel Girão (Jota), considerados filhos queridos daquela comunidade que, mesmo não sendo kuvale nem negro, conseguiu granjear prestígio no seio da mesma. Foi a referida comunidade que protegeu o General Farrusco, durante todo o período da ocupação da região (terceiro e quarto trimestre de 1975 e primeiro trimestre de 1976), pelas tropas sul-africanas da era do *Apartheid*, e dela recebeu tratamento dos ferimentos graves sofridos no teatro das acções combativas.

Com a mobilização do MPLA, a adesão dos Vakuvale ao SMO foi em massa, o que não era verificável na era colonial, por tratar-se de populações nómadas, ávidas de pastorícia, característica exigida pelas condições geográficas (o deserto de Calahari). O facto da não adesão durante a época colonial foi matéria que mereceu a atenção de um dos nossos entrevistados, tendo afirmado: “O Kuvale só vai onde há razão. O colono não tinha razão, quem tem é o MPLA, por isso nós aceitamos participar na vida militar” (K4, entrevistado a 14.01.2005).

A respeito da não participação dos Vakuvale no SMO, durante o período colonial, Carvalho (2000, p. 52) identifica algumas das razões que estão na base, tendo atribuído a designação de “guerra mucubais”, também conhecida por guerra de *kakombola*<sup>13</sup>, movida em 1940/1941, pelos colonizadores portugueses contra esse subgrupo etnolinguístico. Considera o autor acima referido, tratar-se duma guerra que secundou as rusgas e as batidas desenvolvidas contra os Vakuvale ao longo de toda a primeira metade do Século XX. Da referida guerra resultou o aniquilamento quase completo do subgrupo.



Os motivos da adesão ao SMO não residem somente na razão ou na capacidade de mobilização, mas também, e como afirmou outro entrevistado, “um dos motivos é também obter armas para poder defender o seu gado dos saqueadores” (K5, entrevistado a 14.01.2005). E, por que não admitir também que, com as referidas armas, podiam levar a cabo acções do género (saques) contra as populações vizinhas? Aliás, até porque, segundo Carvalho (2000), os Vakuvale ostentam a fama de serem ladrões impenitentes até à presente data.

Sejam quais forem as motivações da adesão ao SMO; políticas, económicas ou sociais, a verdade porém é que, pela primeira vez, na história de Angola, foi possível conseguir mobilizar jovens Vakuvale, em massa, da socialização comunitária tradicional homogénea, para o mundo heterogéneo (modernidade) que tem sempre efeitos positivos à conversão do modo de pensar e de agir do indivíduo.

### 3.3.1. O indivíduo e a nova realidade

É sabido que a saída do indivíduo da comunidade, por longo tempo, e em contacto com uma nova realidade entra no processo de nova socialização, incidindo sobre ele novos elementos socioculturais. Tal é o caso dos indivíduos mobilizados para o SMO que, a partir da altura do enquadramento, encaram uma nova realidade, os seus valores socioculturais entram em contacto com os valores dos indivíduos de outras comunidades, podendo ocorrer o processo de sobreposição de valores. Ao dar-se tais mudanças está-se perante o processo da aculturação<sup>14</sup> e dos ritos de passagem<sup>15</sup>, pois não só ganham novos valores e novo estatuto, como também perdem os da sua origem.

No caso do SMO, da diversidade de culturas, sobressaem os valores inculcados pelo programa das Forças Armadas. Para o caso de Angola, pela área de educação moral e cívica, através do combate ao analfabetismo (processo pelo qual se adquire o estatuto que acompanha o indivíduo por toda a sua vida da massificação cultural e de outras actividades) (Marshall, 1967), visando a criação do sentimento de identidade nacional, fonte de implantação da cidadania.

Para os entrevistados, a saída do Kuvale da comunidade rural representa duplo sentido: o sentimento de repulsa por ter de abandonar o seu gado e os usos e costumes e de alegria por dele provir um instrumento de defesa (arma), indispensável para a protecção do referido gado bovino e caprino. Um dos entrevistados refere que os jovens Vakuvale chamados a cumprir o SMO podem revelar-se obedientes aos programas das Forças Armadas Angolanas, desde que o enquadramento não seja em bloco, isto é, a formação de pelotão, companhia ou batalhão, por apenas membros da mesma comunidade, sob pena de rebelarem-se, impondo às respectivas chefias elementos da sua tribo. No entanto, têm a fama de possuírem espírito combativo (K3, entrevistado a 11.01.2005).

Para prevenir situações de rebeldia, ao nível das Forças Armadas, foi concebido uma estratégia para os incorporados da comunidade Kuvale, repartindo-os em pequenos grupos e enquadrando os mesmos noutros grupos de comunidades diferentes, o que tem dado resultados positivos.

O incorporado, terminado o tempo do cumprimento do dever e sacrifício, regressa à comunidade. Foi referenciado na altura a não existência, no Virei, de casos de indivíduos que tenham saído para o serviço militar e se tenham fixado em outras cidades, salvo casos raros que podem ser encontrados na cidade do Namibe. Um regresso à comunidade está intrinsecamente ligado ao sentimento pelo *sambo*<sup>16</sup>, por um lado, como afirmou, em dado momento, um dos entrevistados: “Ele, quando sai, deixa o sambo com alguém durante muito tempo e quando terminar se não voltar para tomar conta do seu *sambo*, quem se vai responsabilizar?” (K8, entrevistado a 15.01.2005). Por outro lado, está o baixo nível de escolaridade, embora possam ter aprendido a ler e escrever. Prova disso, é o facto de seis dos entrevistados se terem apresentado vestidos de *cingwani*<sup>17</sup> e subscreverem, com os seus punhos, um pedido da obra da autoria do investigador.



Imagem 1 – Jovens Vakuvale em actividades de sambo (curral) pastorícia. Recuperada em 25 de Junho de 2016, em [http://hunakulu.blogspot.com/2006\\_12\\_01\\_archive.html](http://hunakulu.blogspot.com/2006_12_01_archive.html)

Após o dever e o direito de cidadania cumpridos, o cidadão coloca-se à disposição do governo para que lhe seja dada uma oportunidade de gozar de outros direitos cívicos, fundamentalmente, o de conseguir emprego para fazer face às exigências dos níveis de vida. É, naturalmente, obrigação do governo empregar os mais de 700 a 800 cidadãos, na condição atrás referida para poder esperar deles outros préstimos, tal como considera (Maquiavel, 2000), ao referir-se sobre o Principado Civil, tendo salientado que um principado devia pensar na maneira como os cidadãos podem ser capazes de pensar sempre e em qualquer circunstância na necessidade do Estado e só assim lhes poderão ser fiéis.

Mas nem sempre este princípio constitui uma realidade, tal como desabafou um dos interlocutores:

*O senhor está a ver aqui apenas só nós os seis. Somos muitos os que cumpriram o serviço militar obrigatório, cerca de 700 a 800, neste momento estão todos no sambo. Mas tudo isso por causa do atraso nos estudos. Quando acabámos a tropa nos falaram, vão para as vossas zonas de origem onde devem apresentar-se e serem colocados no emprego. Mas quando chegámos e nos apresentámos na administração, nos mandam esperar e pronto [...]. O único sítio onde nós podemos esperar é no nosso sambo (K4, entrevistado a 14.01.2005)*

O emprego de que se referiu não diz respeito somente ao enquadramento na função pública, nas suas áreas de origem, numa altura em que os discursos apontam em diminuir o número de funcionários públicos já existentes e num município com uma sede de meia-dúzia de casas, à mira do gigantesco deserto de Calahari. Mas, no sentido de reenquadra-los nas actividades da comunidade, isto é, fazer com que sejam eles próprios os portadores de ideias e opiniões, asseguradas, naturalmente, materialmente pelo governo, que visem o desenvolvimento económico e social da comunidade, sem perder de vista o princípio por eles defendido de não preferirem desassociar-se do seu *sambo* ou seja, da actividade pastoril.

É certo que, se o regresso dos jovens à sua comunidade após o SMO, não for convenientemente aproveitado no sentido de poderem influenciar o meio para a mudança, pode conduzi-los a anterior socialização secundária, pondo em causa os valores alcançados da nova socialização. Destacando-se os valores referidos por (Smith, 1997), de simples membros da comunidade para os de nacionais e cidadãos, bem como para a legitimação de direitos e deveres comuns de instituições legais, que definem as marcas e os valores particulares da nação e repercutem a antiguidade dos costumes e práticas do

povo, numa só palavra (identidade nacional). Habermas (1994) defende que somente com elementos culturais e étnicos e um passado comum imaginário, não constitui elemento básico da identidade nacional. (Barbalet, 1989) acrescenta que uma identidade nacional é a que surge como elemento catalisador na implantação da cidadania, cujo desenvolvimento só é possível à medida que se expande o progresso cívico nacional

### 3.3.2. A comunidade Kuvale perante o indivíduo que regressa

Para os Vakuvale, o cumprimento do SMO não se considera como uma transgressão aos sagrados da tradição. A sua participação pelos jovens é tida como uma situação excepcional perante o conservadorismo das velhas gerações, por isso, não constitui violação aos princípios consagrados para a comunidade, excepto quando dele resulta casamento ou uma reprodução familiar, uma vez que não é permitida a exogamia, isto é, o casamento fora do grupo.

É característico para a comunidade rural Vakuvale organizar cerimónias ritualistas para agradecer a Deus e aos espíritos dos antepassados que protegeram o seu filho, irmão ou parente, durante o tempo de permanência na vida militar, sacrificando um animal (boi ou carneiro), conforme as capacidades económicas familiares. O ritual envolve tratamento, que é feito com alguma carne e sebo retirado do animal sacrificado, misturando com pêlos retirados da cauda do mesmo animal e com pedaços da árvore conhecida por *muhayina*. Feita em forma de coroa colocada à volta do pescoço e outra, em forma de pulseira colocada no braço esquerdo do homenageado que a ostentará durante duas a três semanas (K4, entrevistado a 14.01.2005), para afastá-lo de todos os males praticados enquanto militar, com destaque àqueles que envolveram derramamento de sangue.



Imagem 2 – A Comunidade Vakuvale, festejando. Recuperada em 3 de Setembro de 2016, em <http://mgmoperadora.com.br/atracao/1404/3/24/0/2640/destinos-internacionais/africa//namibe/os-mucubais/>

Na comunidade do Virei, onde ainda a conservação da tradição é bastante notável, um membro da comunidade chamado ao cumprimento desse dever e direito (o serviço militar), que designam de *mutwa*<sup>18</sup>, depois de terminado o seu tempo, volta para o grupo tal como foi, isto é, sem trazer consigo esposa ou filhos resultantes duma possível relação e, proibido de confessar a verdade de os possuir, sob pena de ser alvo de chacotas e despezos, a ponto de ser declarado *wayahuka*.

Com respeito às comunidades Kuvale, localizadas nas regiões de Camucuiu e da Bibala, a situação apresenta-se ligeiramente diferente. O elemento que sair da comunidade para cumprimento do SMO e contrair matrimónio pode regressar para a comunidade e fixar-se com a sua família (esposa e filhos).

Curiosamente, às vezes, são os próprios esposos que não levam suas famílias, devido ao estilo de vida que o grupo leva, considerada de difícil à pessoas não pertencentes ao referida grupo e, ainda, devido a um certo complexo de tais membros em levar para a comunidade pessoas que podem estranhar o modo de vida dos parentes que vão encontrar.

Primam por fixar-se fora da comunidade e deslocam-se periodicamente em visitas, procedimento verificável também aos parentes em relação ao elemento desmobilizado e a residirem fora do grupo. Esta atitude tem contribuído para a quebra da homogeneidade, dando lugar à heterogeneidade. Ou seja, tal comportamento tem contribuído para um despertar na comunidade, razão pela qual se constata hoje em dia homens e mulheres Vakuvale trajados a tradição, a movimentarem-se nas grandes cidades, como Lubango, Luanda e outras, realizando o comércio do tão famoso e procurado óleo *nompeke*<sup>19</sup>, deixando visível no seio do grupo o sinal de manifesto da formação da consciência e da identidade nacional.

As variações de procedimentos no seio da comunidade rural Vakuvale encontram explicação nos seguintes elementos:

- A comunidade sedeadada no Virei apresenta-se mais conservadora e pouco sensível ao processo de mudanças numa demonstração de recusa aos ideais da modernidade e cidadania para a democracia, devido a determinados factores. Tais como:

a) – Localiza-se além do deserto de Calahari, na zona de transição, a 130 km, aproximadamente da sede capital da Província Namibe, ligada apenas por uma estrada carreteira, em obras de pavimentação actualmente, com escassos movimentos rodoviários;

b) – Por fazer fronteira com outros subgrupos étnicos, também conservadores das suas tradições, nomeadamente: Vahimba, Vandimba, Vakuroca, Vangambwe e Vamwila;

- A comunidade do Camucuiu e Bibala, por se localizarem em zona de contacto permanente com as populações da Província da Huíla, concretamente Vamwila e Vacilenge-Vankhumbi, que apresentam uma certa abertura no relacionamento e que estão susceptíveis a mudanças, facilitadas com o movimento constante de viaturas Lubango-Bibala-Camucuiu, vice-versa, e com a existência do Caminho de Ferro de Moçâmedes, capaz de movimentar multidões.

## **Conclusão**

Conclui-se que o cumprimento do Serviço Militar Obrigatório (SMO) apresenta-se, ao mesmo tempo, como dever e direito em defesa da identidade nacional, uma vez que as pessoas estão prontas a renunciar às suas próprias liberdades e a restringir as dos outros, em defesa de um bem comum.

A guerra, apesar de ser indesejável, dada a sua acção destruidora, com excepção das duas Grandes Guerras Mundiais que tiveram uma mobilização Universal, contou sempre com o recrutamento das populações locais e contribuiu para a eliminação de algumas fontes tradicionais de resistência às mudanças sociais, criando direitos de cidadania para grande parte da população das nações combatentes (Barbalet, 1989).

Para a comunidade rural Vakuvale, o cumprimento do SMO, por parte dos seus membros, não tem encontrado um contributo significativo para a cultura de identidade nacional – cidadania – democracia. Porque os elementos que vão cumprir o SMO ao regressarem à comunidade e à anterior socialização, perdem os valores adquiridos, uma vez não encontrarem espaço para o seu exercício no seio do grupo, salvo raras excepções para os subgrupos das localidades de Camucuiu e Bibala, devido à permanente interferência das populações vizinhas (Vamwila e Vacilenge).

Essa ideia, de pretender regressar ao tradicionalismo, não permite o alcance da democracia no sistema liberal e do progresso que em algumas comunidades se têm beneficiado, destacando-se os Vamwila, também homogéneo e conservador das suas tradições, pertencente ao grupo etnolinguístico Nyaneka-Nkhumbi, cuja

tendência dos membros que acabam de cumprir o SMO é de introduzir inovações na sua vida social, influenciando a comunidade para a mudança com os conhecimentos adquiridos no domínio social e económico, concretamente no modo de vestir, de dormir, na educação das crianças e na prática da agricultura.

Duma forma geral, o SMO apresenta ainda um impacto incipiente na construção da cidadania, no subgrupo étnico Vakuvale tida como homogénea e de preservação dos valores tradicionais. Tal situação pensa-se estar ligada ao facto de se tratar de uma comunidade pequena com um índice bastante elevado de analfabetismo que (Hodges, 2002) um dos principais obstáculos para o crescimento e o desenvolvimento, adicionado ao modo de vida (semi-nómada), viradas para a vida pastoril.

## Referências

- Barbalet, J.M. (1989), *A Cidadania*, Lisboa: Editorial Estampa, Lda.
- Berger, Peter L. & Thomas Luckmann (2010), *A Construção Social da Realidade*, 3ª edição, trad. Ernesto de Carvalho, Lisboa, Dinalivro.
- Carvalho, Rui Duarte de (2005), *Em quem pensa quem “responde” pelos Kuvale?*, no prelo.
- Carvalho, Duarte Rui de (2000), *Vou lá visitar pastores – exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuvale (1992-1997)*, 2ª ed., Lisboa, Edições Cotovia, Lda.
- Étienne, Jean *et al.*, (1998), *Dicionário de Sociologia*, 1ª edição, Lisboa, Plátano Edições Técnicas.
- Frazão, Serra (1947), “Indígenas e Gentílicos”, *Portugal em África – Revista da Cultura Missionária*, 4, pp. 201-204.
- Gallego, Manuel Contreras (s. d.). Socialización y Escuela – Material Complementário, (s.l), *Centro Universitario de Estudios Superiores Sagrada Familia – Úbeda*, pp. 45-66, (*On line*), Disponível em <http://www.vbeda.com/mcontreras/SOFE/12Materialcomplementario1.pdf> (Consultado, aos 29 de Novembro de 2014).
- Garcia, Maria da Glória (1996), A Defesa Nacional como Dever e Direito Fundamentais do Cidadão e do Estado, *Nação e Defesa* n.º 77, Jan/Março, pp. 65-79.
- Giddens, Anthony (2004 [1989]), *Sociologia*, 4ª edição, (trad. Alexandra Figueiredo *et al*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. VI, Lisboa – Rio de Janeiro.
- Hodges, Tony (2002), *Angola – Do Afro-Estalinismo ao Socialismo Selvagem*, 1ª Edição, Cascais, Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- Hoffman, John (2004), *Citizenship – beyond the State*. London: SAGE Publications Pvt, Ltd.
- Maquiavel, Nicolau (2000 [1513]), *O Príncipe*, 22ª edição, Brasil, Bertrand Brasil.
- Marshall, T. H. (1967), *Cidadania, Classe Social e Status*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Narciso, Raimundo (1999), O Serviço Militar e a Cidadania, *Nação e Defesa*, Nº 91, 2ª Série, pp. 67-94.
- Nogueira, Conceição e Isabel Silva (2001), *Cidadania*, 4ª Edição, Lisboa Editores ASA
- Redinha, José (1974), *Distribuição Étnica de Angola*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola. Centro de Investigação e Turismo de Angola, 8ª Edição.
- Redfield, Robert, Ralph Linton & Melville J. Herskovits (1936), Memorandum for the study of acculturation, *American Anthropologist*, 38 (1), pp. 149-152.

Renaud, Isabel Carmelo Rosa (1990), O Dever do Cidadão perante a Defesa Nacional, *Nação e Defesa Especial*, Agosto, pp. 53-63.

Sam, David L. (2006), “Acculturation: conceptual background and core components”, em David L. Sam e John W. Berry (Eds.), *The Cambridge Handbook of Acculturation Psicologia* (p. 11-26), New York, Cambridge University Press.

Smith, Anthony (1997), *A Identidade Nacional – Trajectos*, 1ª edição, Lisboa, Gradiva.

Van Gennep, Arnold (1978), *Os Ritos de Passagem*, trad. Mariano Ferreira, Petrópolis, Editora

Voet, R. (1998), *Feminism and Citizenship*, London, Sage Publications.

---

<sup>1</sup> Elaborado como comunicação ao V Colóquio da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, a realizar-se nos dias 29 e 30 de Outubro de 2015.

<sup>2</sup> A referida investigação enquadra-se no Projecto Político e Cidadania em África, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (POCT) (2003 a 2005).

<sup>3</sup> “Subgrupo do grupo étnico Helelo que ocupa o ângulo sudoeste de Angola, constituída pelos criadores de bois. Entre os Helelo, os Vakuvale são detentores dos melhores pastos do Sudoeste” (Redinha, 1974, p. 12).

<sup>4</sup> O processo de socialização do indivíduo ocorre em duas fases (primária e secundária). A socialização primária processa-se no momento de infância da criança, na fase intensiva de aprendizagem cultural. Na fase em que a criança aprende a falar e adquire padrões iniciais do comportamento que serve de base das cognições posteriores. O papel fundamental de socialização neste primeiro nível é atribuído à família (Giddens, 2004 [1989]). A socialização primária ocorre desde a nascença e prolonga-se à idade escolar (Gallego, s/a). A socialização secundária representa a interiorização de «submundos» fundamentados nas instituições. Representa, de igual modo, a apreensão de conhecimentos de funções específicas, enraizadas na divisão social de trabalho. O nível de socialização secundária requer a posse de vocabulários específicos das funções, o que subentende a interiorização dos campos significativos que compõem explicações e comportamentos de costume numa área institucional. O mesmo nível requer também «compreensões tácitas», avaliações e tonalidades afectivas destes campos significativos (Beger & Luckmann, 2010).

<sup>5</sup> Garcia, Maria Glória, Professora da Universidade Católica Portuguesa, “A Defesa Nacional como Dever e Direito Fundamentais do Cidadão e do Estado”, durante as Conferências incluídas no programa do Curso de Defesa Nacional (CDN96), proferidas no Instituto da Defesa Nacional, no Porto e em Lisboa, em 3 de Novembro e 4 de Dezembro de 1995, *Nação e Defesa* n.º 77 Jan/Março, 1996, pág. 53.

<sup>6</sup> Renaud, Isabel Carmelo Rosa, Professora Catedrática, “O Dever do Cidadão perante a Defesa Nacional”, *Nação e Defesa*, Especial, 1990, pág. 65.

<sup>7</sup> Grande enciclopédia Portuguesa e Brasileira, volume VI, Lisboa, Rio de Janeiro.

<sup>8</sup> Plural de *mungendelengo*, que significa indefinidos, ou melhor, aqueles que procuram sempre tomarem parte a uma das duas comunidades em dependência do lugar e circunstâncias em que se encontram.

<sup>9</sup> O sistema administrativo colonial dignava de concelhos administrativos aos actuais municípios e postos administrativos às actuais comunas.

<sup>10</sup> (Sam, 2006) distingue assimilação da aculturação. Enquanto a assimilação assume carácter unidireccional em sua influência, quer dizer, um grupo que se desloca unilateralmente em direcção a outro grupo considerado parado e exerce a sua influência sobre o mesmo, a partir de duas situações: a primeira que reflecte a situação em que o indivíduo abandona a sua formação original e a identidade cultural e opta pela formação e identidade cultural da sociedade acolhedora para poder identificar-se e interagir com os seus membros, e a segunda situação que ocorre quando uma sociedade nacional espera dos estrangeiros a adopção inteira da cultura da maioria da sociedade nacional. Esta segunda situação é a que se assemelha ao processo de colonização em que o dominador impõe a sua cultura ao dominado, ignorando e/ou proibindo a existência da cultura deste último. A aculturação é, potencialmente, bidireccional e recíproca em termos de influência, ou seja, os dois grupos em contacto influenciam-se entre si.

<sup>11</sup> A palavra indígena vem do latim *indu*, reforçativo de *in*, de, e *geno*, geração, origem), significa tudo o que nasce num determinado país e aí vive, podendo ser pessoa, animal, ou planta, que se apresenta oposto ao que é de fora, designado

---

por exótico. É muitas vezes empregue para definir, longe do qualificativo, de forma visível e condenável impropriedade. Ora, “[...] *preto* boçal, o preto ainda não assimilado, a *língua* falada em qualquer colónia, os *tribunais* que julgam as questões provocadas entre os naturais, os negócios que lhes dizem respeito, outros conceitos semelhantes”. «O indivíduo que continua a seguir os usos e costumes da sua raça, que não assimilou ainda a nossa civilização, que não fala nem escreve a nossa língua» (Frazão, 1947, p. 201). A palavra indígena parte de dois critérios fundamentais: o critério racial ou étnico e o critério cultural. Para o primeiro critério, são indígenas os naturais da colónia pertencentes às raças nativas. E, para o segundo critério, são indígenas apenas aqueles elementos da população nativa que, pelas suas concepções morais e sociais, pelos seus usos e costumes, individuais ou colectivos, se integrem na cultura própria e características do grupo étnico a que pertencem (Cunha, 1953).

<sup>12</sup> O conflito armado em Angola iniciou em 1975, antes da proclamação da Independência Nacional que teve lugar em 11 de Novembro de 1975 e se prolongou até 22 de Fevereiro de 2002, altura em que se deu a morte em combate de Jonas Malheiro Savimbi, líder da UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola).

<sup>13</sup> Carvalho, Ruy Duarte de (2005), “Em quem pensa quem responde pelos Cuvale?”, no prelo.

<sup>14</sup> (Redfield & Herskovits, 1936) define a aculturação como fenómenos que se registam quando grupos de indivíduos de diferentes culturas entram em contacto pela primeira vez e, de forma contínua, ocorrendo mudanças posteriores nos padrões da cultura original de um ou de ambos os grupos. (Sam, 2006) trata o conceito de aculturação a partir de duas perspectivas: a antropológica e a sociológica. A vertente antropológica considera a aculturação como o processo de permuta e melhoramento mútuo das sociedades ditas primitivas para o alcance da civilização e da iluminação. Enquanto a vertente sociológica apresenta a aculturação como um processo de “acomodação recíproca”, tenta igualá-lo ao processo de assimilação, o mesmo que dizer processo de ajustamento ou acomodação que ocorre entre os membros de dois grupos diferentes. O mesmo autor define o conceito de aculturação como o resultado do contacto a nível individual e do grupo, produzindo mudanças no indivíduo que vão desde alterações afectivas, comportamentais, cognitivas, às transformações imediatas de factores psicológicos e socioculturais (Sam, 2006).

<sup>15</sup> A adopção da expressão rito de passagem tem a ver com o fato de a vida da pessoa, seja qual for a sociedade em que esteja inserida, obedecer a uma passagem sucessiva de uma ocupação à outra. Sendo, portanto, o viver que requer a existência de passagens sucessivas de uma sociedade especial à outra, e de uma situação social a outra, de forma que a vida do indivíduo se transforme numa sucessão de fases (Van Gennep, 1978).

<sup>16</sup> Curral de gado bovino.

<sup>17</sup> Veste tradicional apresentado pelos homens Kuvale, que compreende o uso de um pano à frente e outro na traseira presos por um cinto de pele do animal.

<sup>18</sup> Segundo a explicação dada, significa esquecer, embora (José Redinha, 1974), tenha referido que se trata de um termo adoptado pelos próprios Hereros para designar o grupo (Mutwas ou Mutwa).

<sup>19</sup> Óleo extraído da fruta do *omeke*, bastante nutritivo, usado para o tratamento do cabelo das mulheres.